

[REDACTED]

FACETAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO CHINÊS: A REFORMA DE 2014 DA LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA – O SISTEMA DE CARTAS E VISITAS (Hidemberg Alves da Frota) 1

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A LEI Nº 13.129/2015: NOVOS DESAFIOS (Rafael Carvalho Rezende Oliveira) 25

O DIREITO À NOMEAÇÃO IMEDIATA DE CANDIDATO APROVADO EM UM CONCURSO PÚBLICO, DIANTE DA DESISTÊNCIA DE OUTRO EM MELHOR COLOCAÇÃO OU PELAS VACÂNCIAS CAUSADAS PELO PEDIDO DE EXONERAÇÃO OU DEMISSÃO FORMULADO PELOS PRÓPRIOS CANDIDATOS APROVADOS E NOMEADOS NO CERTAME (Gustavo Brugnoli Ribeiro Cambraia) 39

O JULGAMENTO DA RCL. Nº 4.335/AC E O PAPEL DO SENADO FEDERAL NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE (Flávio Quinaud Pedron) 50

[REDACTED]

CONSTITUIÇÃO DE ESTADO-MEMBRO – Dispositivo que impede servidor público estadual de substituir, sob qualquer pretexto, trabalhadores de empresas privadas em greve, ressalvada a legislação federal – Constitucionalidade – Ausência de comprometimento das competências do Governador – Mera explicitação de prática desabonada pela Constituição Federal (STF) 67

ENSINO SUPERIOR – Diploma de graduação emitido por estabelecimento estrangeiro – Pretensa revalidação automática em universidade brasileira – Não cabimento – Determinação de processo seletivo – Verificação da capacidade técnica do profissional e sua

formação, sem prejuízo da responsabilidade social que envolve o ato – Não revogação do Dec. nº 80.419/1977 pelo Dec. nº 3007/1999 – Ato internacional recepcionado no Brasil com *status* de lei ordinária (STJ) 75

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PARA A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM) – Acondicionamento/embalagem de água mineral em garrafas – Não caracterização como processo de transformação industrial – Valor correspondente que integra a base de cálculo da CFEM – Beneficiamento configurado (STJ) 82

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS – Professor substituto e tradutor e intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) – Possibilidade – Conceito de “cargo técnico ou científico” que não remete essencialmente a cargo de nível superior, mas à atividade desenvolvida, em atenção ao nível de especificação, capacidade e técnica necessários para o correto desenvolvimento do trabalho – Interpretação da al. b do inc. XVI do art. 37 da CF (STJ) 88

PODER DE POLÍCIA – Anvisa – Autuação de empresa por veiculação de propaganda de iogurte em todo o território nacional atribuindo efeitos e propriedades terapêuticas/medicamentosas para o trato intestinal – Inobservância das disposições legais sanitárias – Auto de infração precedido de notificações – Inexistência de ofensa ao devido processo – Produto enquadrado como alimento – Legitimidade de ato regulamentar – Proteção à saúde da população (TRF1ªR) 93

ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO – Provimento de cargo efetivo – Descumprimento pelos gestores de deveres constitucionais e legais quanto à comprovação da adequação orçamentária e fiscal da despesa – Registro excepcional do ato de admissão – Instauração de procedimento autônomo de apuração de responsabilidade em curso (TCRN) 98

REVISITANDO AS TEORIAS PRINCIPOLÓGICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Jessé Torres Pereira Junior; Thaís Boia Marçal) **101**

TEMAS POLÊMICOS VINCULADOS À APOSENTADORIA ESPECIAL NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): ATIVIDADE DE RISCO E CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM (Maria Lúcia Miranda Alvares) **110**

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS GESTORES DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EFETIVIDADE DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL (Fernando Ferreira Calazans) **134**

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS: ASPECTOS CONTROVERSOS (Vinicius Tadeu Campanile) **146**

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Prestadora de serviço público próprio do estado e de natureza não concorrencial – Companhia que não objetiva o lucro e de capital social majoritariamente estatal – Submissão ao regime de precatório – Admissibilidade (STF) **157**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS – Enfermeira – Cargos privativos de profissionais da saúde – Jornada superior a 60 horas semanais – Inadmissibilidade – Afronta aos princípios da eficiência – PAD – Demissão de um dos cargos (STJ) **161**

ELEIÇÕES – Deputado federal – Prestação de contas de campanha – Desaprovação – Utilização de cartões para alimentação e transporte por cabos eleitorais – Não apresentação de notas fiscais ou de outros documentos hábeis para comprovar despesas – Não incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – Irregularidades identificadas que inviabilizam a fiscalização de despesas pela Justiça Eleitoral (TSE) **169**

MEIO AMBIENTE – Maus-tratos a animais – Zoológico – Graves falhas de manejo, de capacidade técnica e de segurança, além da existência de recintos inadequados – Legitimidade passiva dos sócios do empreendimento – Indenização por dano ambiental (TRF4ªR) **185**

OSCIP – Formalização de termo de parceria com a Administração Pública do Estado – Impossibilidade – Inexistência de regulamentação da matéria no âmbito estadual – Admissibilidade, entretanto, da celebração de outros instrumentos de parceria, para os quais não se exija a qualificação jurídica de Oscip – Realização, em regime de mútua cooperação, de atividades voltadas à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, desde que atendidos os requisitos e condições legalmente previstos (TCBA) **198**

PRESCRIÇÃO DE PSICOFÁRMACOS POR MÉDICOS E A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: BREVE ESTUDO DOS ASPECTOS ÉTICO-JURÍDICOS (Fernanda Freire dos Santos) **201**

DIREITOS SOCIAIS PARA ALÉM DA ESTRITA NORMATIVIDADE OU COMO NÃO SE PRENDER AO VAZIO POLÍTICO DOS TEXTOS LEGAIS: O DILEMA DA SUSTENTABILIDADE POLÍTICA NO ESTADO SOCIAL (Raimundo Márcio Ribeiro Lima) **216**

O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL À LUZ DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Tauã Lima Verdian Rangel) **254**

A RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS DE CORRUPÇÃO FRENTE À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Antonio Cecilio Moreira Pires; João Victor Tavares Galil) **265**

LEI DISTRITAL – Incentivo tarifário a grandes consumidores industriais de água – Inconstitucionalidade, excetuando-se um dos dispositivos – Vedação de vincular a arrecadação de impostos a finalidades específicas e não previstas em nível constitucional, nos termos do art. 167, inciso IV, da CF (STF) **271**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Caracterização – Acidente em rodovia federal – Tetraplegia – Condenação solidária do DNIT e da concessionária de serviço público – Indenização por danos materiais, morais e estéticos – Mitigação da obrigatoriedade de denúncia da lide em ações indenizatórias propostas em face do poder público pela matriz da responsabilidade objetiva (STJ) **275**

PENSÃO POR MORTE – Menor sob guarda da avó – Ex-servidora pública estadual – Dependência econômica do neto e ausência de bens suficientes para o próprio sustento e educação – Equiparação a filho – Não comprovação da tutela judicial formal – Irrelevância – Concessão do benefício – Prevalência das disposições do art. 33, § 3º, do ECA – Prioridade absoluta conferida à tutela da infância e da juventude pelo art. 227 da CF (TJMG) **282**

CONCURSO PÚBLICO – Oficial da polícia militar – Investigação social – Invasão da vida privada do candidato ao apurar sua opção sexual – Ausência de razoabilidade – Responsabilidade civil do estado – Caracterização – Dano, nexo causal e ato ilícito configurados – Indenização por danos morais (TJSP) **290**

ATO ADMINISTRATIVO – Previsão de provimento derivado de cargos e empregos públicos – Afronta ao art. 37, inciso II, da CF – Revisão não sujeita a prazo decadencial (TCRN) **296**

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A SEGURANÇA INDIVIDUAL DO SISTEMA DO SETOR PÚBLICO (RPPS) NA PEC 287-A COM ENFOQUE NAS REGRAS DE TRANSIÇÃO (Maria Lúcia Miranda Alvares) **301**

A CONVERGÊNCIA ENTRE COOPERAÇÃO PROCESSUAL E CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NA GESTÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Jessé Torres Pereira Junior; Thaís Marçal) **314**

DIREITO À SAÚDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ATUAÇÃO ESTATAL E APLICAÇÃO DA TEORIA DE KARL POPPER (Michelle Emanuella de Assis Silva) **319**

A COMPATIBILIDADE DA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM A META FISCAL E O JUÍZO DE PROGNÓSE (APÓS O ACÓRDÃO DO TCU Nº 2.461/2015) (Marcus Vinícius Filgueiras Júnior) **330**

BANCO POSTAL – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correspondente bancário – Atividades de cunho meramente acessório aquelas privativas das instituições financeiras – Não caracterização como casas bancárias propriamente ditas – Desnecessidade da adoção de recursos de segurança específicos, nos termos da Lei nº 7.102/1983 (STJ) **335**

POLICIAL MILITAR – Gerenciamento de atividade comercial de pessoa jurídica – Monitoramento e rastreamento de e-mail corporativo – Alegada prescrição intercorrente da pretensão punitiva e ilicitude das provas que embasaram o conselho de justificação – Inexistência de desídia da Administração – Admissibilidade, na hipótese, da quebra do sigilo de dados telemáticos – Direito à intimidade e à privacidade que não constituem direitos absolutos – Obtenção de informações atinentes a aspectos não pessoais, mas de interesse da Administração Pública e da própria coletividade – Existência de instruções para utilização da rede, bem como advertência sobre monitoramento e acesso ao conteúdo das comunicações (STJ) **345**

REQUISIÇÃO – Servidor público – Indeferimento da cessão para o exercício das funções na Defensoria Pública da União – Atos fundados na Lei nº 9.020/1995 que só poderiam se estender até a constituição do quadro de apoio da DPU – Inexistência de compulsoriedade no atendimento de toda e qualquer requisição de funcionário (STJ) **351**

BANCO DO BRASIL – Instauração de inquérito administrativo para apuração de falta grave – Exigência do comparecimento diário do empregado para assinar folha de presença e prestar esclarecimentos no procedimento administrativo – Previsão em norma interna – Não caracterização de abuso do poder diretivo do empregador – Alegado assédio moral – Não ocorrência – Não cabimento de indenização por danos morais (TST) **354**

ATO ADMINISTRATIVO – Publicidade – Habilitação no programa habitacional “Morar Bem” – Convocação para apresentação de documentos – Publicação no Diário Oficial e em sítio da internet – Candidata com deficiência mental, sendo sua curadora pessoa simples e de baixa renda – Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – Reabertura de prazo para entrega da documentação necessária mediante notificação pessoal (TJDF) **360**

MEIO AMBIENTE – Imóvel edificado em APP e terreno de Marinha – Pretensa demolição – Descabimento – Observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação da responsabilidade civil ambiental – Condenação ao desfazimento de muro de arrimo, remoção de parte do aterro vegetado com gramíneas e da rede de drenagem pluvial frontal instalada – Recomposição da estrutura topográfica e da vegetação nativa da faixa frontal de praia (TRF4ªR) **365**

CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PORTUÁRIO – Consulta – Dúvidas sobre a unificação ou consolidação das avenças e extensão do prazo de vigência dos ajustes para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro – Considerações (TCU) **376**

CONTRIBUIÇÃO NO INTERESSE DAS CATEGORIAS: NATUREZA JURÍDICA E A FUNÇÃO DELEGADA (Ives Gandra da Silva Martins) **401**

PARECER ACERCA DA CONTROVÉRSIA EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DA VERBA DENOMINADA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PR EM PROL DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (Kiyoshi Harada; Eduardo Marcial Ferreira Jardim) **409**

O CASO SIMELANE: O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DE NOMEAÇÃO EXPEDIDOS PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, À LUZ DO CRITÉRIO DAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES E DO PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE (Hidemberg Alves da Frota) **419**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: ASPECTOS ESSENCIAIS PARA SUA CONFIGURAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (Luciana de Fátima da Silva) **445**

CONCURSO PÚBLICO – Datiloscopista policial – Edital – Exigência de nível médio para habilitação no cargo – Pretensa inclusão dos profissionais na categoria de perito oficial, prevista no art. 159 do CPP, com a redação dada pela Lei nº 11.690/2008, de quem se exige nível superior – Não cabimento – Interpretação do art. 5º da Lei nº 12.030/2009 – Certame, ocorrido há sete anos, regido por decreto estadual (STJ) **477**

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE – Internação involuntária de toxicômano portador de transtornos mentais e comportamentais – Existência de laudos médicos e relatório psicológico atestando a situação e necessidade de tratamento compulsório – Dependente químico hipossuficiente – Alegada afronta à liberdade – Não ocorrência – Internação psiquiátrica que se impõe (TJAL) **480**

CONCURSO PÚBLICO – Outorga de delegações e serventias extrajudiciais de notas e de registros – Questionamento por candidata da nota atribuída na avaliação oral – Alegação de ponto não previsto no conteúdo programático constante do edital do certame – Pretensa rediscussão da nota atribuída pela banca examinadora – Impossibilidade de o Judiciário adentrar no mérito administrativo, salvo em situações excepcionais de afronta ao devido processo legal em sentido material (TJBA) **484**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Bombeiro militar – Acidente do trabalho – Infecção por agente biológico em atividade de mergulho – Incapacidade total e permanente para o exercício de atividades laborativas – Pretensa responsabilização subjetiva do estado – Não cabimento – Disponibilização de equipamentos de segurança necessários para o desenvolvimento das atividades profissionais – Impossibilidade de proteção total na hipótese de risco biológico – Caracterização de força maior – Ausência de nexo causal – Não cabimento de indenização por danos morais (TJMG) **489**

MEDIDA PROVISÓRIA – Abertura de créditos extraordinários – Ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação do cenário de desastres – Possibilidade – Observância dos requisitos constitucionais de urgência e imprevisibilidade da despesa (TCU) **493**

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PENSÃO POR MORTE NA PEC Nº 287-A/2016: DA EVOLUÇÃO À INVOLUÇÃO DO BENEFÍCIO (Maria Lúcia Miranda Alves) **501**

É POSSÍVEL, O TSE, AO EXAMINAR AS AÇÕES JUDICIAIS PROPOSTAS EM FACE DA CHAPA DILMA/TEMER, JULGAR SEPARADAMENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE? E, NA HIPÓTESE DE FICAR COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTE, APLICAR AS PENALIDADES PERTINENTES SOMENTE A ELA, EXCLUINDO O VICE, UMA VEZ QUE FIQUE COMPROVADO QUE ELE NÃO COMETEU E NÃO TINHA QUALQUER CONHECIMENTO DAS ILEGALIDADES EXISTENTES? **OPINIÃO LEGAL** (Ives Gandra da Silva Martins; Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques) **520**

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (Alex Cavalcante Alves) **530**

CONCURSO PÚBLICO – Delegação dos serviços notariais e de registros públicos – Prova de títulos – Invalidez parcial da pontuação – Não atendimento de cláusula do edital pela revista que publicou artigos jurídicos do candidato – Supressão de pontos – Alegada violação ao contraditório e à ampla defesa – Não ocorrência – Apreciação do pedido de reconsideração – Critério de desempate – Idade dos concorrentes – Legalidade – Observância ao art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (STJ) **547**

AGENTE PÚBLICO – Cargo em comissão – Exoneração – Pretensa ajuda de custo para retornar à cidade de origem – Novo deslocamento antes do decurso de 12 meses – Previsão em norma infralegal de limitação temporal para o recebimento da nova indenização – Não ocorrência de ofensa ao princípio da legalidade (STJ) **552**

DESAPROPRIAÇÃO – Terras ocupadas por agricultores – Desocupação para reassentamento indígena, nos termos do art. 231, § 6º, da CF – Proposição de demanda declaratória de nulidade cumulada com indenização – Improcedência dos pedidos – Existência de escritura pública na qual as partes transacionaram indenização, dando plena quitação e renunciando a qualquer quantia de terra, de valores complementares ou de reassentamento em outra localidade (TJRS) **567**

UNIVERSIDADE ESTADUAL – Cancelamento de matrícula por ato administrativo, bem como o retorno ao quadro discente – Pretensa nulidade – Não cabimento – Aluno que não teve créditos suficientes para continuidade do curso em dois semestres consecutivos – Reprovação no período por notas e por excesso de faltas em todas as disciplinas – Aplicação de dispositivo do regimento interno da instituição – Aceitação das regras da universidade quando do ingresso – Observância do contraditório e da ampla defesa – Decisão administrativa final que sequer foi objeto de recurso – Presunção de legitimidade e legalidade do ato administrativo (TJSP) **571**

SERVIDOR PÚBLICO – Pretensa pagamento de passivo pela via administrativa – Disponibilização de créditos orçamentários e recursos públicos pelo órgão – Direito creditício reconhecido por decisão judicial transitada em julgado – Respectivo processo judicial de execução ainda não instaurado – Ilegalidade e inconstitucionalidade – Pagamentos devidos pela Fazenda Pública que devem obedecer exclusivamente à ordem cronológica de apresentação dos precatórios correspondentes, nos termos do art. 100 da CF e do art. 10 da LRF (TCU) **576**

LINHAS GERAIS DA REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO
(Heraldo Garcia Vitta) **601**

A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA DO ESTADO: EXEGESE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Marcia Pelegrini) **610**

A GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL DA APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO SEM DIREITO À PARIDADE E A INEXISTÊNCIA DE LEI DE REAJUSTE (Fernando Ferreira Calazans) **621**

CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CORREGEDORIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Emerson Garcia) **630**

A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS CONFERIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM REFORÇO AO CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELA OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO (Aldem Johnston Barbosa Araújo) **640**

MAGISTRADO – Pena de censura – Ato do Conselho Nacional de Justiça – Alegada prescrição – Não ocorrência – Prazo de dois anos, conforme aplicação subsidiária do art. 142, inc. II, da Lei nº 8.112/1990 – PAD instaurado no TRF da 1ª Região – Descumprimento do dever de manter conduta irrepreensível na vida pública e particular, nos termos do art. 35, inc. VIII, da Loman – Ausência de quórum no Tribunal para fins de aplicação da pena – Revisão disciplinar requerida com base no art. 83, inc. I, do Regimento Interno do CNJ – Legalidade (STF) **665**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Demissão de empregado por justa causa no curso de auxílio-doença – Falta grave cometida em período anterior a fruição do benefício previdenciário – Possibilidade – Suspensão do contrato de trabalho (TST) **669**

POLICIAL MILITAR – Promoção por ato de bravura – Discricionariedade da Administração Pública – Ato administrativo submetido exclusivamente à conveniência e oportunidade, tendo em vista que a valoração não ocorre por meio de elementos meramente objetivos – Não caracterização de ilegalidade no ato de indeferimento da promoção (TJGO) **675**

MEIO AMBIENTE – Guarda e conservação de produtos em grãos sob o regime de silos, armazéns gerais e comércio atacadista – Ação civil pública – Obrigação de fazer – Cessão da emissão pela empresa de partículas poluidoras na atmosfera, fora dos limites fixados na legislação, bem como da poluição sonora decorrentes de suas atividades realizadas em horário comercial, abrindo-se exceção, por razoabilidade, no período de safra – Tutela provisória de urgência concedida sob pena de multa diária e, inclusive, suspensão das atividades – Probabilidade do direito e perigo de dano – Prejuízo à saúde das pessoas que residem ao redor do empreendimento ou exercem atividades contínuas na região, além do dano ambiental em si – Irrelevância de o relatório de constatação ter sido elaborado por um assessor de Promotor de Justiça – Existência de outros documentos no inquérito civil, como o relatório de vistoria realizado pela Polícia Militar, o auto de infração e o laudo de constatação emitido por instituto do meio ambiente do Estado, e o boletim de ocorrência registrado contra a pessoa jurídica (TJMS) **679**

EDUCAÇÃO – Inscrição em curso de licenciatura plena em educação física – Não oferecimento pela instituição de bacharelado – Distinção não esclarecida aos alunos – Violação ao dever de informação – Obrigação do custeio das despesas relativas à conclusão do curso, a fim de que os estudantes complementem sua formação, de acordo com a legítima expectativa criada no momento da contratação do serviço – Caracterização de danos morais – Inadmissibilidade da responsabilização do Conselho Estadual de Educação, visto ser responsável apenas pelo credenciamento e reconhecimento do curso – Aprovação pelo MEC em 2012 de parecer concluindo pela inexistência de curso de licenciatura curta em homenagem à graduação plena (TJRJ) **684**

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) – Inovação por atos normativos da sistemática de prestação de contas pendentes relativas à Lei Rouanet – Alterações efetivadas anteriormente à posse do interessado – Elevação dos limites previstos em dispositivo de instrução normativa – Inclusão de projetos culturais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Mera criação de outra possibilidade de autorização por parte do Ministério, considerando a relevância e o ineditismo dos eventos – Portaria dispensando a análise financeira de projetos cujo valor captado seja igual ou inferior a seiscentos mil reais – Impedimento do estabelecimento de nexos causal entre os recursos recebidos e as despesas realizadas no ajuste, ainda que verificado o cumprimento do objeto – Não obediência ao princípio da boa e regular prestação de contas (TCU) **690**

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS PREVISTAS NOS ARTS. 150, INC. VI, LETRA C, E 195, § 7º, DA CF SÃO CLÁUSULAS PÉTREAS POR FORÇA DO ART. 60, § 4º, INC. IV, DA LEI SUPREMA. O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 287/2016 NÃO OBJETIVA ALTERAR O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL, E SE ALGUMA EMENDA INTENTAR ATINGI-LO, SERÁ INCONSTITUCIONAL – PARECER (Ives Gandra da Silva Martins) **701**

REVISITANDO A INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FACE AO INADIMPLEMENTO DO USUFRUIDOR E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (Rafael José Nadim de Lazari; Ricardo Bispo Razaboni Junior) **712**

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS (Wilson Roberto Mateus) **722**

O ATRASO DOLOSO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Marcelo Santiago de Moraes Afonso; Renato Saeger Magalhães Costa) **737**

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – Parque nacional – Ampliação de perímetro – Consulta pública – Alegada não participação efetiva da população – Não cabimento – Interessados tiveram ciência prévia da matéria que seria debatida, estiveram presentes no dia e na hora divulgados e se manifestaram quanto aos termos da proposta – Observância do art. 22, §§ 2º e 6º, da Lei nº 9.985/2000 e do art. 5º, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 4.340/2002 – Ausência de prejuízo – Aplicação de multa (STF) **741**

UNIVERSIDADE FEDERAL – Acessibilidade às pessoas com necessidades especiais – Ação civil pública – Ministério Público Federal – Ajuizamento de demanda para obrigar a instituição a iniciar obras de adaptação em suas edificações – Existência de interesse de agir – Fixação por inquérito civil público de prazo para o encerramento das obras – Não cumprimento – Alegada incidência da cláusula da reserva do possível – Inadmissibilidade – Direito essencial incluso no conceito de mínimo existencial – Possibilidade de interferência do Poder Judiciário – Interpretação e aplicação da delimitação constitucional e legal dos poderes e deveres do administrador (STJ) **745**

SERVIDOR PÚBLICO – Penalidade administrativa – Pretensão nulidade da sanção de advertência escrita – Alegado excesso de prazo para conclusão da sindicância, que durou mais de dois anos – Ausência

de prejuízo à ampla defesa e ao contraditório – Suposta violação do princípio *non reformatio in pejus*, visto que, anteriormente ao recurso administrativo interposto, havia sido aplicada advertência verbal – Não ocorrência – Adequação da pena à conduta do agente – Omissão na conferência de microcomputadores adquiridos por meio de pregão – Ausência de zelo com o bem público pela não checagem dos equipamentos recebidos – Controle jurisdicional das sanções administrativas restrito à aferição da legalidade e da regularidade do procedimento – Compatibilidade com a legislação estadual – Inexistência de dano moral – Dever legal de controle e disciplina pela Administração Pública das atividades de seus serventuários (TJES) **752**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Enriquecimento ilícito – Não caracterização – Policial militar rodoviário – Alegada evolução patrimonial incompatível com a renda – Constatação de endividamento escalonado e descontrolado, com alugueres vencidos e dívidas de toda ordem – “Sinais exteriores de riqueza” e “estilo de vida suntuoso” aferidos com base em fotografias postadas em redes sociais – Improriedade, por serem meios reconhecidamente frágeis e fantasiosos – Suposta “triangularização” com patrimônio em nome da mulher e sonegação de renda à Receita Federal – Não ocorrência (TJPR) **764**

POLÍCIA MILITAR – Concurso público – Exame antropométrico – Candidato reprovado em reavaliação sob alegação de apresentar obesidade – Exigência de requisitos físicos em edital do certame que não se mostra desarrazoada, tendo em vista a atividade a ser exercida – Hipótese, entretanto, em que não havia previsão da repetição de qualquer das etapas do processo seletivo, tendo em vista o caráter eliminatório da fase – Inovação afrontosa aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia – Admissão do demandante no curso de formação (TJRJ) **770**

UNIVERSIDADE ESTADUAL – Processo seletivo de ingresso no programa de pós-graduação – Desconsideração da atividade de iniciação científica e com bolsa, prevista no edital para efeito de atribuição de pontos, realizada perante a própria instituição, com emissão do competente certificado – Documentos comprobatórios apresentados no prazo estipulado – Reclassificação do candidato – Ingresso no mestrado (TJSP) **774**

ABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS – Insuficiência de dotação que potencialmente pode acarretar a descontinuidade dos serviços públicos essenciais – Prestação jurisdicional e outros direitos fundamentais que devem ser obrigatoriamente assegurados pelo Estado – Possibilidade – Interpretação do art. 62, § 1º, inc. I, al. d, c/c o art. 167, § 3º, da CF (TCU) **779**

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS DESAPROPRIAÇÕES (Amauri Feres Saad) **801**

SEPARANDO O JOIO DO TRIGO (Henrique Nelson Calandra; Sergio Ricardo do Amaral Gurgel; Ricardo Sayeg) **805**

ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO DO COMPROMISSO PREVISTO NO ART. 23 DO PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 349/2015, QUE TRATA DA ALTERAÇÃO DA LINDB (Dirceu Giglio Pereira; Raul Miguel Freitas de Oliveira) **808**

A LC Nº 51/1985 E O DIREITO DE INATIVAÇÃO DAS MILITARES ESTADUAIS: UMA CONCISA ANÁLISE DO SEU REFLEXO CONSTITUCIONAL (Luiz Eduardo de Paula Ponte) **817**

PROCESSO DELIBERATIVO DA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS (Cristiano de Jesus Pereira Nascimento) **826**

A PROPOSTA DE CANCELAMENTO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 5 (Rafael José Nadim de Lazari; Ricardo Bispo Razaboni Junior) **833**

REFORMA AGRÁRIA – Declaração de imóvel rural como de interesse social – Decreto presidencial editado quatorze anos após a vistoria administrativa – Alegadas irregularidade e demora – Procedimento administrativo suspenso por mais de sete anos em razão de questionamento judicial do próprio impetrante – Necessidade de atualização do laudo de avaliação do bem para fins de indenização, após confirmação da oportunidade e conveniência da desapropriação – Inexistência, ademais, de prazo de validade do ato de vistoria (STF) **839**

POLÍCIA FEDERAL – Relatórios avulsos de inteligência – Pretensão controle externo da atividade policial pelo Ministério Público – Não cabimento – Acesso pelo *Parquet* somente aos relatórios de inteligência emitidos pela PF de natureza persecutório-penal, ou seja, àqueles que guardem relação com a atividade de investigação criminal (STJ) **847**

DIREITO À INTIMIDADE – Pretensão sigilo absoluto das informações constantes em autos processuais, notadamente do nome do denunciado e da tipificação legal do delito imputado – Acusação de fornecer, divulgar e publicar, por meio da rede mundial de com-

putadores, arquivos contendo cenas pornográficas e de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes – Princípio constitucional da publicidade dos atos processuais – Segredo de justiça que se estende apenas a fases do processo e, em se tratando de delitos previstos no ECA, à proteção da intimidade das vítimas (STJ) **853**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Obrigação de fazer – Reforma de unidade prisional – Alegada ofensa ao princípio da separação de Poderes – Não ocorrência – Omissão do Estado em adotar medidas necessárias para cumprimento da lei, em afronta ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana – Inadmissibilidade de a Administração utilizar-se do argumento de indisponibilidade de recursos ou entraves burocráticos para eximir-se de sua responsabilidade ou esquivar-se dos deveres impostos pela CF/1988 e pela legislação regente da matéria – Razoabilidade do lapso temporal de seis meses para cumprimento da obrigação – Redução da quantia fixada como multa diária (TJGO) **858**

PERITO MÉDICO-LEGISTA – Servidor público estadual – Pretensão pagamento de adicional de periculosidade em virtude da instalação de aparelho de raio X no posto de medicina legal – Pedido alternativo de insalubridade em grau máximo – Não cabimento – Exposição eventual à irradiação ionizante, conforme prova testemunhal – Ausência de prova pericial no processo – Não preenchimento do requisito da habitualidade (TJRS) **863**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Empresa cujo objeto social é a atividade de fomento mercantil (*factoring*) – Inexigibilidade de inscrição no respectivo Conselho Regional de Administração – Objeto preponderante da sociedade que não configura atividade privativa de profissional daquela área (TRF2R) **870**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADUAL – Promoções indevidas de oficiais integrantes do quadro de militares de extinto território federal por meio de decretos – Efeitos financeiros retroativos desfavoráveis aos cofres públicos federais – Rejeição das razões de justificativa – Aplicação de multa ao então governador, ao Superintendente de Administração do Ministro da Fazenda, ao coronel da corporação e aos beneficiários diretos dos pagamentos indevidos – Inabilitação dos responsáveis para o exercício de função pública na Administração Federal pelo período de seis anos – Conversão da denúncia em processo de tomada de contas especial – Determinações (TCU) **878**